

Ouarta-Feira, 17 de Setembro de 2025

Aliada de Botelho "Janaina classificou proposta de Lúdio sobre tarifa do BRT de "demagógica"

BRT Cuiabá

Redação do rufandobombonews

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso foi palco de um acalorado debate sobre a proposta de tarifa do BRT (Bus Rapid Transit) apresentada pelo deputado Lúdio Cabral (PT). A proposta de Cabral, que sugere uma tarifa de R\$ 1 para o modal intermunicipal, foi fortemente criticada por deputados aliados de Eduardo Botelho (União Brasil), incluindo a deputada Janaina Riva (MDB).

Críticas à Proposta

A deputada Janaina Riva expressou veementemente suas críticas, classificando a proposta como irresponsável e demagógica. Segundo Janaina, prometer uma tarifa de R\$ 1 é uma ilusão que não corresponde à realidade financeira e operacional do transporte público. Ela argumentou que uma tarifa tão baixa criaria falsas expectativas entre a população e comprometeria a qualidade do serviço. "Quando nós falamos de uma proposta de R\$ 1, cria-se na cabeça das pessoas a imagem de que é possível realizar um bom serviço com esse valor, se a passagem de ônibus em 2022 foi ajustada para R\$ 4,95 como operar um sistema com R\$ 1 real a tarifa? Não podemos cometer essa irresponsabilidade de vender facilidades," afirmou Janaina. Ela destacou que, embora desejasse legislar por uma tarifa acessível, é fundamental ser realista e responsável. Apoio de Eduardo Botelho Janaina ressaltou que o presidente da Assembleia, Eduardo Botelho, também considera a proposta de R\$ 1 inexequível. Botelho, conhecido por sua postura responsável, defende a realização de uma licitação transparente e eficiente para a operacionalização do BRT, garantindo que o modal seja implementado de forma econômica e adequada às necessidades da população. Botelho e Janaina concordam que a licitação é crucial para garantir a viabilidade e a sustentabilidade do BRT. Eles enfatizam que a Assembleia Legislativa votou pela mudança do modal justamente por acreditar que o corredor de ônibus seria mais econômico e apropriado para a realidade financeira do estado.